
AMPLIANDO O CÂNONE: AS MULHERES E A GÊNESE DA SOCIOLOGIA NO SÉCULO XIX

Laura Gomes Barbosa¹

O livro “Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX” foi lançado no ano de 2021 pela editora Rosa dos Tempos, sob organização de Verônica Toste Daflon (UFF) e Bila Sorj (UFRJ). A obra é composta por uma introdução e oito capítulos, com comentários das organizadoras e trechos selecionados de obras de autoras do pensamento social do século XIX, algumas delas nunca antes traduzidas para o português, e outras cuja circulação no Brasil ocorreu de forma restrita.

Na introdução, Daflon e Sorj (2021) argumentam pela necessidade de se recuperar as genealogias de pensamento das mulheres e dos feminismos em diversas áreas de conhecimento. Na Sociologia, esse movimento se faz ainda mais pertinente, pois os estudos de gênero oferecem contribuições vigorosas para as Ciências Sociais. No entanto, eles mas permanecem ocupando um lugar secundário dentro da disciplina. As organizadoras apontam que, embora o movimento feminista e as demandas das mulheres por justiça e igualdade tenham sido uma característica marcante do século XIX, a produção intelectual feminina da época foi desprezada pelo cânone sociológico por tratar de temas considerados irrelevantes diante das grandes transformações econômicas, políticas e sociais que estavam em curso. Assim, questões ligadas ao espaço privado, como o casamento, o lar, a sexualidade, a família, a violência doméstica e a divisão sexual do trabalho só viriam a ser incorporadas à Sociologia a partir da década de 1960, com o florescer da segunda onda feminista e da ideia de que “O pessoal é político”² (OKIN, 1989; PATEMAN, 1993; MACKINNON, 2014).

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGCS-UFRRJ); pesquisadora do Laboratório de Eleições, Partidos e Política Comparada (LAPPCOM)/Mulheres Eleitas (DCP-UFRJ/PPGCS-UFRRJ). E-mail: lauragb.barbosa@gmail.com

² O *slogan* “O pessoal é político” sintetiza, de forma bastante evidente, uma das principais reivindicações dos movimentos feministas da chamada segunda onda, entre as décadas de 1960 e 1980. A saber: o questionamento e a crítica à separação liberal entre espaço público — o mundo do trabalho, da economia e da política — e espaço privado — o mundo doméstico, do lar e da família. As feministas argumentam que esta é uma dicotomia especialmente prejudicial às mulheres, já que não só as afasta da vida pública, como também limita o alcance do Estado e da justiça no interior do lar,

O primeiro capítulo apresenta a socióloga e jornalista britânica Harriet Martineau, considerada pioneira na formulação de um método científico para o estudo e a compreensão da vida social. Sua obra “Como observar a moral e os costumes”, de 1838, foi publicada quase sessenta anos antes do clássico “As regras do método sociológico”, de Émile Durkheim, e consiste, segundo Daflon e Sorj (2021), no primeiro manual de pesquisa sociológica já conhecido.

O grande mérito do pensamento de Martineau se encontra justamente naquilo que muitos autores canônicos consideram ser sua fragilidade: a atenção à esfera privada. Em “Sociedade na América”, de 1837 (*apud* DAFLON; SORJ, *idem*, p. 38), ela escreve que: “O quarto do bebê, o quarto da senhora, a cozinha são excelentes escolas para aprender sobre a moral e os costumes de um povo e sobre as relações públicas e profissionais [...] tanto de homens quanto de mulheres”. Martineau tinha consciência de que, embora as relações sociais privadas fossem negligenciadas pela Sociologia dominante, cujo foco se direcionava à esfera pública, o espaço doméstico oferecia uma localização estratégica para a compreensão de diversos aspectos da sociedade. O capítulo seguinte conta a história de Anna Julia Cooper, mulher, negra e educadora que cresceu no sul dos Estados Unidos. Cooper é considerada uma das pioneiras do feminismo negro. Ela percebeu que a discriminação contra as mulheres de cor possuía características singulares, já que era atravessada não só pela questão racial, mas também pelo gênero. Em “Uma voz do sul”, obra datada de 1892, ela articula brilhantemente os conceitos de raça, classe e gênero e oferece uma visão interseccional desses marcadores sociais ao afirmar que a mulher negra ocupava uma posição única naquele país, uma vez que: “Ela é confrontada tanto pela questão da mulher quanto pelo problema racial, ambos fatores ainda desconhecidos ou negligenciados”. (COOPER, 1988 [1892] *apud* DAFLON; SORJ, 2021, p. 60)

A obra e a vida da indiana Pandita Ramabai Sarasvati são apresentadas no terceiro capítulo. Considerada uma das precursoras do feminismo indiano, Ramabai publicou, em 1887, a obra “A mulher hindu de casta alta”, em que denunciava o lugar de subalternidade atribuído às mulheres por religiosos e eruditos brâmanes. De acordo com Daflon e Sorj (*idem*), o referido livro é considerado um dos primeiros estudos sobre família e parentesco na Índia, além de abordar questões ligadas à religião,

espaço em que muitas mulheres se encontram em situação de vulnerabilidade e à mercê do controle e da violência masculina (OKIN, 1989; PATEMAN, 1993; MACKINNON, 2014).

casta, gênero, além da complexa relação entre nacionalismo indiano e colonialismo britânico.

Acerca destes dois últimos tópicos, Pandita Ramabai identificou que a combinação de ambos, manifestada pela religiosidade hindu ortodoxa e pela estrutura política, econômica e jurídica dos colonizadores significou, para as mulheres, a sujeição a uma dupla jurisdição patriarcal. Apesar das críticas ao sistema de castas indiano e à religião hindu³, ela não se furtou em problematizar o domínio britânico e sua omissão diante de questões ligadas ao espaço doméstico na Índia, como a relação entre marido e mulher, por exemplo no seguinte trecho:

Atualmente, sob o dito domínio cristão britânico, a mulher não está em melhores condições do que no passado. [...] Em todos os casos, exceto aqueles diretamente ligados à vida e à morte, o governo britânico está obrigado, de acordo com os tratados celebrados com os habitantes da Índia, a não interferir em seus costumes e leis sociais e religiosas (RAMABAI, 1887 *apud* DAFLON; SORJ, 2021, p.101).

O quarto capítulo concede espaço à estadunidense Charlotte Perkins Gilman, escritora e socióloga considerada precursora do feminismo da segunda onda. Em sua trajetória intelectual, a relação entre família, Estado e mercado constituiu tema de destaque, sobretudo através da obra “Mulheres e Economia”, publicada originalmente em 1898. Entre outros tópicos, Gilman denuncia a exploração do trabalho doméstico feminino a partir do casamento, da família e do lar, apontando para a necessidade de se desmistificar e dessacralizar estas instituições. O debate sobre trabalho doméstico e o lugar ocupado pelas donas de casa no sistema econômico permanece atual entre as diversas correntes do feminismo ocidental, como é o caso da feminista marxista Silvia Federici (2021), por exemplo.

A sul-africana Olive Schreiner é abordada no quinto capítulo. Sua produção intelectual foi influenciada por dois cenários principais: o primeiro deles se refere ao contexto colonial e de segregação racial experimentado na África do Sul entre o final do século XIX e início do século XX. Esse fato levou a referida autora a incorporar, em suas reflexões sobre gênero, a questão racial, a mestiçagem e a relação de dominação sexual entre mulheres negras colonizadas e homens brancos colonizadores (DAFLON; SORJ, 2021; MCCLINTOCK, 2010).

³ De acordo com Daflon e Sorj (2021), Pandita Ramabai foi considerada “traidora” (aspas das autoras) e difamada por lideranças indianas por abandonar a religião hindu e se converter ao cristianismo, religião dos colonizadores britânicos. Até hoje, sua figura é alvo de controvérsias na Índia.

O segundo cenário tem relação com o paradigma científico que predominava nos círculos intelectuais da época, a saber, o positivismo, a eugenia e a influência da Biologia nas Ciências Sociais. Embora Schreiner tenha dialogado com estas perspectivas ao debater raça, gênero e colonialismo, ela o fez de maneira crítica, buscando na cultura e nas dinâmicas sociais a principal explicação para as diferenças e desigualdades presentes na sociedade sul-africana.

No sexto capítulo, é apresentada a russa Alexandra Kollontai que, influenciada pelo marxismo, procurou pensar a emancipação das mulheres a partir da crítica ao movimento feminista de classe média, inclusive aquele propalado pelas sufragistas. Ao mesmo tempo, fazia objeções ao argumento de que a transformação nas relações de produção, sob o comunismo, levaria, de forma espontânea, à transformação nas relações entre mulheres e homens, sobretudo no espaço doméstico.

Um dos principais destaques da obra de Kollontai se encontra na reflexão sobre trabalho doméstico não remunerado. Como sugere Federici (2021), a partir do momento em que a esquerda aceitou — de forma equivocada — o salário como a linha que separa o trabalho do não trabalho, grande parte das atividades domésticas não remuneradas — como o trabalho reprodutivo, por exemplo — foi considerada pouco relevante para a luta revolucionária. Nesta perspectiva, Alexandra Kollontai inaugurou aquilo que, posteriormente, se tornou um campo autônomo de pesquisa na Sociologia contemporânea. As relações sociais de produção e de reprodução são, hoje, objetos centrais de reflexão para um amplo rol de autoras feministas marxistas, como Heleieth Saffioti (2013 [1969]) e Elizabeth Souza-Lobo (2021 [1991]), no Brasil, e, no cenário internacional, Cinzia Arruzza e Nancy Fraser (2019) e Silva Federici (2021), entre outras.

No sétimo capítulo, as organizadoras apresentam a brasileira Ercília Nogueira Cobra, pouco conhecida no feminismo *mainstream* e autora de escritos polêmicos sobre sexualidade e sobre o tabu da virgindade feminina nas primeiras décadas do século XX. Por conta de suas produções, Ercília foi perseguida durante o Estado Novo. De acordo com Mott (1986 *apud* DAFLON; SORJ, 2021), seus livros alcançaram, na época, grande sucesso editorial, e eram consumidos sobretudo por rapazes como literatura pornográfica.

A centralidade que Ercília Cobra atribuiu ao tema da sexualidade, segundo Daflon e Sorj (*idem*), é a principal razão para o seu apagamento da história do movimento

feminista brasileiro. Isso porque, no período em que ela produziu suas reflexões, o feminismo que aqui emergia voltava sua atenção para as demandas de igualdade jurídica e política, como o direito ao voto e à cidadania plena. Além disso,

A própria visão de Ercília acerca das mulheres também colidia com a do feminismo de “primeira onda” no Brasil, frequentemente centrado na noção de que uma suposta moralidade feminina superior — ligada à virtude, à generosidade e ao desempenho dos papéis de mãe e esposa — era a base para a demanda por direitos. Ercília, por outro lado, falava dos direitos das mulheres “decaídas”, isto é, das prostitutas, das mães solteiras, das “solteironas”, das “defloradas” (*idem, ibidem*, p. 203).

Assim como no caso da sul-africana Olive Schreiner, Ercília viveu em um contexto no qual ideias eugenistas — no caso brasileiro, conhecidas como higienismo — eram predominantes na ciência e, também, em políticas governamentais, visando a regulação da sexualidade feminina e o controle de corpos “indesejados” em benefício da ideia de “pureza” da nação. Ao reivindicar a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos, Ercília Nogueira Cobra desafiava a legitimidade de valores proclamados por instituições como a Igreja, a ciência/medicina e o Estado.

O capítulo final traz a poeta argentina Alfonsina Storni, uma das precursoras do movimento feminista latino-americano, defensora do sufrágio feminino e da igualdade civil entre homens e mulheres. Storni vivenciou, na Argentina do início do século XX, a implantação de um projeto de “branqueamento” e “europeização” da população, fato que levou ao controle extremo da sexualidade das mulheres de ascendência europeia, estabelecendo sua inferioridade jurídica e o consequente confinamento no espaço doméstico⁴.

Nas suas produções, principalmente as de caráter jornalístico e opinativo, ela articulou os conceitos de “feminismo” e de “modernidade”, afirmando que a igualdade entre os sexos constituía fator fundamental para qualquer nação que se pretendia moderna. Também é interessante o fato de que, segundo Daflon e Sorj (*idem*), Alfonsina Storni priorizou a ênfase nas raízes latino-americanas do feminismo, rejeitando o rótulo de “estrangeirismo” que era atribuído ao movimento na época.

⁴ Assim como no Brasil de Ercília Nogueira Cobra e na África do Sul de Olive Schreiner, na Argentina de Alfonsina Storni a mestiçagem era vista como algo negativo e rechaçada pelas elites políticas e intelectuais. Estas, influenciadas pelas teorias poligenistas e eugenistas que promoviam o “racismo científico”, requeriam o policiamento da sexualidade feminina, na tentativa de evitar a miscigenação e levar ao “embranquecimento” da população (MCCLINTOCK, 2010).

Em trecho de “Um livro queimado”, de 1919 (*in* MENDEZ; QUEIROLO; SALOMONE, 1998 *apud* DAFLON; SORJ, 2021, p. 233), Storni se posiciona a favor do feminismo, inclusive para as mulheres que se consideram antifeministas:

Ela pode até não participar da luta política, mas a partir do momento que pensa e discute em voz alta as vantagens ou os erros do feminismo, já é uma feminista, pois feminismo é o exercício do pensamento da mulher em qualquer campo de atividade. [...] A antifeminista é, portanto, uma feminista, pois só deixaria de sê-lo se não tivesse opinião intelectual nenhuma.

A principal virtude das autoras selecionadas reside na atenção que elas conferem, cada uma a seu modo, aos aspectos da vida doméstica que, para o feminismo em suas variadas correntes, constituem ponto fulcral na análise da sociedade. Trata-se daquilo que Sandra Harding (1993) chamou de *perspectiva ampliada* ao argumentar pela emergência de uma ciência feminista: as teorias e movimentos de mulheres nos fornecem percepções mais abrangentes e completas da vida social, ao considerar que as relações de gênero estão em toda parte e não podem, portanto, “ser contidas dentro de um esquema disciplinar singular, ou mesmo em um conjunto deles” (HARDING, *idem*, p. 12).

Além disso, ao mobilizar autoras temporalmente situadas no século XIX, a obra organizada por Verônica Toste Daflon e Bila Sorj nos fornece reflexões bastante salientes e originais acerca de temas indispensáveis ao meio feminista acadêmico e militante, tais como a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, a exploração do trabalho doméstico, o colonialismo, o antifeminismo, o tabu da sexualidade feminina e a justiça reprodutiva, entre outros.

Além da preocupação em recuperar e publicizar intelectuais mulheres, cuja contribuição para as Ciências Sociais parece ter sido suprimida em decorrência da formulação de uma epistemologia marcadamente masculina e sexista, as organizadoras do livro tiveram o cuidado de selecionar autoras de diferentes lugares do globo. Este deslocamento é interessante porque tenta romper com aquilo que Raewyn Connell (2012) classificou como o poder simbólico da “sociologia clássica”⁵ e sua relação com o imperialismo euro-americano. Neste sentido, “Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX” lança um olhar crítico à formação do pensamento social canônico, tendo como ponto de partida a localização

⁵ Aspas no original.

da sociologia enquanto disciplina científica, que surge e se desenvolve entre homens da burguesia metropolitana liberal (CONNELL, *idem*; ALATAS; SINHA, 2017).

Embora não se pretenda exaustivo nas reflexões que propõe, o livro aqui resenhado instiga estudiosas e estudiosos da Sociologia e das Ciências Sociais em geral, bem como o público mais amplo de leitores, a buscar mais informações sobre as autoras apresentadas, suas histórias de vida, obras e demais produções intelectuais. Trata-se de um movimento atual e cada vez mais necessário, que dá visibilidade e protagonismo a sociólogas, educadoras, escritoras, poetisas e feministas que, apesar de haverem contribuído para a gênese do pensamento social, foram apagadas ou, na melhor das hipóteses, colocadas numa posição de coadjuvantes no cânone da disciplina.

REFERÊNCIAS

ALATAS, Syed Farid; SINHA, Vineeta. **Sociological theory beyond the cannon**. Londres: Palgrave Macmillan, 2017.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONNELL, Raewyn. O império e a criação de uma Ciência Social. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, 2012.

COOPER, Anna Julia. **A voice from the South: by a Black Woman from the South**. Oxford: Oxford University Press, 1988.

DAFLON, Verônica Toste; SORJ, Bila (Orgs.). **Clássicas do pensamento social: mulheres e feminismos no século XIX**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. São Paulo: Boitempo, 2021.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, n. 1, 1993.

MACKINNON, Catherine. **Feminismo inmodificado: discursos sobre la vida y el derecho**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

MARTINEAU, Harriet. **Society in America vol. I**. Nova York: Saunders and Otley, Ann Street, and Conduit Street, Londres, 1837.

MARTINEAU, Harriet. **Society in America vol. II**. Nova York: Saunders and Otley, Ann Street, and Conduit Street, Londres, 1837.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial.** Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Biografia de uma revoltada: Ercília Nogueira Cobra. **Cadernos de Pesquisa**, n. 58, 1986.

OKIN, Susan Moller. **Justice, gender and the family.** Nova York: Princeton University Press, 1989.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual.** São Paulo: Paz e Terra, 1993.

RAMABAI, Pandita. **The high-caste hindu woman.** Filadélfia: Press of The Jas. B. Rodgers Printing Co., 1888.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.** São Paulo: Fundação Perseu-Abramo, Expressão Popular, 2021.

STORNI, Alfonsina. Un libro quemado. In: MENDEZ, Mariella; QUEIROLO, Graciela; SALOMONE, Alicia. **Nosotras... y la piel: selección de ensayos de Alfonsina Storni.** Buenos Aires: Alfaguara, 1998.

Recebido em 20 de agosto de 2021,
Aprovado em 27 de outubro de 2021;